

Sindicatos e movimentos populares devem intensificar pressão sobre senadores contra a aprovação da reforma trabalhista na CAE

A leitura do relatório do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) sobre a reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), prevista para esta semana, foi reagendada para a próxima terça-feira (06/05). O adiamento, resultado de um acordo entre situacionistas e oposição, coloca na ordem do dia a necessidade de os sindicatos e movimentos populares intensificarem a pressão sobre os parlamentares que integram a comissão para que rejeitem a proposta.

O presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, afirmou que a Central já orientou suas bases para que mapeie todos os senadores presentes na CAE e pressione ainda mais os parlamentares nos estados, nos aeroportos e em todos os espaços por onde eles circulam para fazê-los mudar os votos. “Nossa pressão tem de ser constante e ainda maior porque temos de barrar esse projeto do ilegítimo e corrupto Temer, que deu um golpe para destruir as conquistas da classe trabalhadora”, apontou.

Nas contas do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), com a mudança de três votos, a classe trabalhadora conseguirá enterrar o desmonte de Temer. Na avaliação do analista político e assessor legislativo do Diap Neuriberg Dias, as centrais devem focar a pressão em parlamentares do PSB, PSD e PMDB, que serão o fiel da balança, a partir dos votos já mapeados entre governo e oposição. “A reversão é possível, porque se o governo garantisse a aprovação já teria acelerado a votação. Tanto na comissão quanto no plenário, se passar, esses partidos é que vão dar a tendência de rejeição ou aprovação”, avaliou.

Na votação do parecer do relatório, semana passada, o resultado foi de 11 favoráveis e nove contra. Caso ocorra empate, quem decide é o presidente da CAE, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), favorável ao texto. Por isso a necessidade de mais três votos. Jereissati foi responsável por uma decisão polêmica na semana passada, quando considerou lido o texto do projeto, sem que isso tivesse realmente acontecido, aproveitando-se de um momento de tensão e discussão entre os senadores. *(Com informações da CUT Brasil)*